



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638545 - SP (2021/0001124-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDSON DA SILVA ROCHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDSON DA SILVA ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravamento em Execução Penal n. 0008867-93.2020.8.26.0482).

O paciente teve indeferido pelo Juiz da execução o pleito de livramento condicional.

Inconformado, interpôs agravo em execução, que foi desprovido.

Sustenta a impetrante que o paciente preenche os requisitos objetivos e subjetivos para o deferimento da benesse, o que ensejaria sua concessão. Alega que seria desnecessário o cumprimento prévio do regime intermediário para a progressão ao modo mais benéfico.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferido o livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente